

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
(Dos Srs Deputados Fátima Bezerra, Luís Alberto e Vicentinho)

REQUERIMIENTO N° . DE 2011.

Solicita a aprovação do requerimento para a realização do Seminário Quilombo Vivo com o objetivo de debater estratégias de ação tendo em vista a preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes dos quilombos no Brasil.

Senhora Presidenta, nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o parlamento municipal, estadual e federal, bem como gestores públicos de políticas culturais, especialistas e a sociedade civil organizada para participar do Seminário Quilombo Vivo – “Proteger e Promover o Patrimônio Cultural Quilombola” - que visa a discussão das estratégias de ação tendo em vista a preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes dos quilombos. Nesse sentido, requeremos ainda que sejam convidados os seguintes especialistas: Dotoras Ilka Boaventura Leite, professora da Universidade Federal de Santa Catarina; Vania Rocha Fialho de Paiva e Souza, professora da Universidade Federal de Pernambuco; Aniceto Catanhede Filho, professor da Universidade Federal do Maranhão. Além dos demais convidados, conforme programação anexa.

JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Políticas Culturais, instituído pela Lei 12.343/2010, dentre seus objetivos, visa proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou

coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações.

Neste contexto, insere-se a promoção e proteção do patrimônio cultural quilombola com vistas ao acesso e preservação dos bens culturais de natureza material e imaterial das comunidades quilombolas.

Da mesma forma, demais fontes permitem identificar questões direcionadas à realidade das comunidades quilombolas desde suas origens, existência de referências territoriais e locais históricos, manifestações culturais de cunho religioso e/ou festivo, bem como atividades desenvolvidas pelas famílias quilombolas voltadas à geração de trabalho e renda, suas formas de organização social, demandas e conflitos vivenciados que marcam suas trajetórias sociais.

Tais aspectos são imprescindíveis tanto ao reconhecimento da cultura afro-brasileira enquanto parte de nossa sociedade, quanto ao necessário protagonismo das comunidades quilombolas no desenvolvimento e definição de políticas específicas direcionadas à valorização de suas particularidades e emergência de tais grupos entendidos como culturalmente diferenciados. A Fundação Cultural Palmares, até a presente data, certificou 1.710 comunidades quilombolas.

Deste modo, busca-se, primeiramente, identificar as expressões culturais e bens de patrimônio material e imaterial existentes junto às comunidades quilombolas, bem como, *a posteriori*, construir alternativas que permitam dar continuidade às suas tradições, bem como garantir a proteção aos seus bens de patrimônio material e imaterial enquanto elementos constitutivos de suas identidades sociais.

Apesar dos esforços em construir espaços de participação das lideranças quilombolas junto às políticas direcionadas a este universo específico, ainda há dificuldade por parte do governo federal em construir estratégias que melhor se adequem a tal realidade.

Dados oficiais apontam que a maior parte da população brasileira é formada por pretos e pardos, em um total de 51,1%, conforme a Síntese de

Indicadores Sociais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2010. Apesar disso, existe um racismo sutil na sociedade brasileira que fica evidente na comparação de indicadores sociais.

Exemplo é o analfabetismo de 13,3% dos pretos e 13,4% dos pardos, contra 5,9% dos brancos. Essa maioria populacional encontra-se desfavorecida, desigualdade evidenciada, segundo o IBGE por dados relacionados ao rendimento, posição na ocupação e número de famílias com maior risco de vulnerabilidade. Outro dado que reforça a desigualdade é a média de anos de estudo, de 6,7 anos entre pretos e pardos e de 8,4 anos para brancos, com 15 anos ou mais de idade.

Obviamente, essa realidade não é diferente na área cultural em que a questão negra ainda é invisível, com representações negativas ou incompletas do seu papel formador para a cultura e para a própria sociedade brasileira.

Inexistem dados que cruzem os dados raciais aos culturais, atualmente existe apenas um retrato do mercado de trabalho cultural, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também do IBGE, consolidado em Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003 – 2005, mas sem tal recorte. Todavia, pela questão econômica apontada pela publicação Síntese de 2010, em que os rendimentos-hora de pretos e de pardos são 20% inferiores aos de brancos, infere-se uma maior dificuldade no acesso aos bens e equipamentos culturais e baixa fruição.

A Constituição Federal de 1988 incluiu a cultura dentre suas garantias, com determinação à proteção especial das manifestações afro-brasileiras e ao tombamento dos documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Em 2010, a Lei nº 12.343, de 02/12/2010, instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC que tem como um de seus objetivos valorizar a diversidade cultural e étnica. Em um avanço para a política de igualdade racial no país, em 20/07/2010, foi sancionada a Lei nº 12.288, que trata do Estatuto da Igualdade Racial e aduz garantias para o reconhecimento, preservação, proteção e fomento às manifestações culturais da população negra.

Sob o aspecto de valorização da cultura afro-brasileira é preciso fomentar essa atividade cultural com a ampliação da visibilidade de suas

iniciativas culturais e promover o acesso da população em geral à riqueza da cultura afro-brasileira.

No foco da preservação da cultura afro-brasileira está a salvaguarda e difusão do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, em suas expressões artísticas, modos de criar, fazer e viver; sítios históricos dos territórios quilombolas; mapeamentos, inventários e pesquisas sobre a memória, ritos e festas religiosas de matriz africana; línguas e falares da cultura negra; expressões e manifestações artísticas; práticas culturais; formação e fortalecimento de redes para difusão da cultura afro-brasileira com a África, América Latina e Caribe.

Por fim, o objetivo busca o exercício pleno da cidadania das comunidades quilombolas por meio do resgate de sua identidade, diversidade cultural e respeito à trajetória histórica.

Neste sentido, o Seminário Quilombo Vivo visa construir ações destinadas ao patrimônio cultural quilombola por meio da inclusão de suas lideranças desde a identificação de suas demandas em termos de registro e salvaguarda de seus bens de natureza material e imaterial, incluindo os elementos simbólicos contidos nos mitos e ritos ligados às tradições locais, bem como os sítios históricos enquanto parte do conjunto de referências locais relativas às noções de territorialidade e pertencimento segundo a lógica presente em cada grupo. Objetiva, ainda, a construção de conceitos sólidos acerca do elemento cultural afeto à essas comunidades, de modo a buscar mecanismos efetivos de implementação de políticas pelas esferas governamentais e o acesso pelos interessados.

Sala da Comissão, em julho de 2011.

FÁTIMA BEZERRA
Deputada Federal PT-RN

LUIZ ALBERTO
Deputado Federal PT-BA

VICENTINHO
Deputado Federal PT-SP